

[Artigos Originais]

Fardados Partidos: Tensões e Continuidades nos Modelos de Análise sobre Militares e Política no Brasil*

Guilherme Lemos de Souza¹

¹Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos, SP, Brasil.

✉ E-mail: guilhermemoreira@estudante.ufscar.br  Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2793-1695>

Piero C. Leirner²

²Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar e pesquisador do CNPq. São Carlos, SP, Brasil.

✉ E-mail: pierolei@ufscar.br  Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6485-027X>

DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2025.68.4.393>

Disponibilidade de Dados de Pesquisa – Não se aplica.



*Os autores agradecem aos pareceristas anônimos pelas sugestões.

Resumo

Fardados Partidos: Tensões e Continuidades nos Modelos de Análise sobre Militares e Política no Brasil

Historicamente, os estudos sobre militares no Brasil privilegiaram o tema da intervenção política das Forças Armadas. A partir de uma revisão da bibliografia da ciência política sobre o tema, este artigo examina as interpretações que enxergaram a instituição militar enquanto uma organização similar aos partidos políticos, através do uso dos conceitos de partido militar e partido fardado. A justificativa para se concentrar nesse enquadramento conceitual é que, no interior de muitas chaves possíveis para se ler o fenômeno do militarismo, foram as noções de partido as que mais ganharam consistência nessa subárea, a ponto de persistirem como chave analítica para períodos distintos, como a ditadura militar (1964-1985) e o governo Bolsonaro (2019-2022). Finalmente, apontamos, ainda que de maneira apenas sugestiva, para algumas questões da associação de categorias da política civil aos militares, propondo agregar às análises do partido militar e/ou fardado possíveis chaves interpretativas a partir de noções nativas às Forças Armadas e ao mundo militar.

Palavras-chave: Partido Militar; Partido Fardado; Forças Armadas; Regime Militar; Governo Bolsonaro

Abstract

Broken Uniformed: Tensions and Continuities in the Analysis Models on Military and Politics in Brazil

Historically, studies on the military in Brazil have focused on the theme of political intervention by the Armed Forces. Based on a review of the political science bibliography on the subject, this paper examines the interpretations that have seen the military institution as an organization similar to political parties, using the concepts of military party and uniformed party. The justification for focusing on this conceptual framework is that, among the many possible keys to interpreting the phenomenon of militarism, it was the notions of party that gained the most consistency in this sub-area, to the point of persisting as an analytical key for distinct periods such as the Military Dictatorship (1964-1985) and the Bolsonaro government (2019-2022). Finally, we point out, even though only in a suggestive manner, some questions regarding the association of categories of civil politics with the military, proposing to add to the analyses of the military and/or uniformed party possible interpretative keys based on notions native to the Armed Forces and the military world.

Keywords: Military Party; “Extended Green Collar” Party; Armed Forces; Military Regime; Bolsonaro Government

Résumé

Militaires et Partis : Tensions et Continuités dans les Modèles D'analyse sur L'armée et la Politique au Brésil

Historiquement, les études sur les militaires au Brésil ont privilégié le thème de l'intervention politique des forces armées. À partir d'une revue de la littérature en science politique, cet article examine les interprétations qui considèrent l'institution militaire comme une organisation similaire aux partis politiques, en mobilisant les concepts de parti militaire et parti fardé. La justification pour se concentrer sur ce cadre conceptuel est que, parmi les nombreuses approches possibles pour analyser le phénomène du militarisme, les notions de parti sont celles qui ont acquis le plus de cohérence dans ce sous-domaine, au point de persister comme clé analytique pour des périodes distinctes, telles que la dictature militaire (1964-1985) et le gouvernement Bolsonaro (2019-2022). Enfin, nous soulignons, bien que de manière suggestive, certaines questions liées à l'association des catégories de la politique civile aux militaires, en proposant d'intégrer aux analyses du parti militaire et/ou fardés des clés interprétatives possibles à partir de notions propres aux Forces Armées et au monde militaire.

Mots-Clés: parti militaire ; parti fardé ; forces armées ; régime militaire ; gouvernement Bolsonaro

Resumen

Partidos Uniformados: Tensiones y Continuidades en los Modelos de Análisis de los Militares y la Política en Brasil

Históricamente, los estudios sobre los militares en Brasil han privilegiado el tema de la intervención política de las Fuerzas Armadas. A partir de una revisión de la literatura politológica sobre el tema, este artículo examina las interpretaciones que han considerado a la institución militar como una organización similar a los partidos políticos, mediante el uso de los conceptos de partido militar y partido uniformado. La razón para centrarse en este marco conceptual es que, entre las muchas claves posibles para leer el fenómeno del militarismo, son las nociones de partido las que han ganado más consistencia en esta subárea, hasta el punto de persistir como clave analítica para diferentes períodos, como la dictadura militar (1964-1985) y el gobierno de Bolsonaro (2019-2022). Por último, apuntamos, aunque sólo sea de forma sugerente, algunas de las cuestiones que rodean la asociación de las categorías políticas civiles con las militares, proponiendo añadir posibles claves interpretativas a los análisis del partido militar y/o uniformado basados en nociones propias de las Fuerzas Armadas y del mundo militar.

Palabras clave: partido militar; partido uniformado; fuerzas armadas; régimen militar; gobierno Bolsonaro

Introdução

Lembrei 1930 quando um político hábil soube lançar tenentes por toda a parte e desagregou o Exército, cujo comando só foi retomado quando os efeitos da Intentona Comunista permitiram ao general Eurico Gaspar Dutra reassumir o controle do Exército e, consequentemente, das Forças Armadas, restabelecendo a disciplina e a hierarquia. Desses ensinamentos precisávamos extrair uma lição: era absolutamente necessário que, desde o primeiro instante, as Forças Armadas se apresentassem como um bloco, para dar a quem quer que assumisse a chefia do Executivo oportunidade e condições de levar à concretização os princípios revolucionários.

Presidente Artur da Costa e Silva¹

Apesar dos pesares, mesmo conspirando, a hierarquia é respeitada no Exército.

Coronel Cyro Guedes Etchegoyen²

Muitas foram as interpretações acadêmicas diante da projeção política que as Forças Armadas alcançaram durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Este período recente, caracterizado por uma série de dubiedades e ações nem sempre claras dos militares, levantou uma série de questionamentos acadêmicos quanto ao real protagonismo das Forças Armadas após a redemocratização. Mesmo não sendo um consenso se os militares mais foram cooptados pelo Governo Bolsonaro (Martins Filho, 2019; 2021) ou se o governo foi uma construção deles (Leirner, 2020; Souza, 2021), o fato é que multiplicaram análises acadêmicas que os mencionam. Junto a isso, houve também um adensamento do assim chamado campo de “estudos sobre militares”, algo inédito em um campo marcado pelo pouco interesse no assunto nas Ciências Sociais (cf. Castro, 2004 [1990]). Para se ter uma noção, até 2019 (o ano de posse de Bolsonaro) as Forças Armadas foram objeto de artigos em apenas dois números (dos cem) da *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (BIB), editada pela ANPOCS, desde sua criação, em 1977 (Coelho, 1985; Zaverucha, 2003). Em 2021, vimos mais dois artigos (Santos, Duarte, 2021; Penido, Costa e Janot, 2021).

Desde o começo dos anos 1980 a ANPOCS publica séries com o “estado da arte” dos principais temas nas ciências sociais brasileiras – a série *Ciências Sociais Hoje*. Militares e Forças Armadas aparecem elencados nas edições de 1985, 1988 e 1989, como resultado de Grupos de Trabalhos em

reuniões da Associação. Após isso, dos anos 1990 para frente, na série *O Que Ler na Ciência Social Brasileira* (1970-1995) e (1970-2000) (Miceli, 1999a, b, c; 2002), bem como em balanços mais recentes da Ciência Política (Bolognesi, Silva, 2020), não vemos nenhum texto sobre o tema. O campo de estudos militares é pequeno no Brasil se considerarmos a frequência com que eles atuam na política, o que pode ser autoexplicativo em função de uma razoável “antipatia” em relação ao “objeto”.

Mesmo considerando a escala que eles atuam como “instituição permanente”, nos parece que desde os primeiros estudos sobre militares no Brasil, na década de 1970 (Stepan, [1971] 1975; Coelho, 1976; Oliveira, 1976; Barros, 1978), prevaleceu o problema da “intervenção” como linha de frente nas Ciências Sociais. Especificamente, é possível ver que as principais abordagens que a Ciência Política produziu sobre a temática militar orbitava problemas relacionados à maturidade de nossas instituições, às lacunas na formação de um Estado soberano, às tendências reacionárias das elites brasileiras, às pressões e articulações de potências estrangeiras, particularmente dos EUA, em golpes, enfim, ao problema geral de uma crise de hegemonia que parece ter começado no Império e que se estende até os dias de hoje. No interior dessas discussões viu-se as Forças Armadas aparecerem no cenário sociopolítico brasileiro³ de diversas maneiras, às vezes mais operadas por razões heteronômicas (Dreifuss, 1987), às vezes por razões mais autônomas (Coelho, 1976; Ferreira, 2000).

De certa forma, as abordagens que entenderam que ao longo da história republicana os militares agiram tendencialmente por “conta própria” foram as mesmas que os privilegiaram enquanto objeto de estudo. As razões para os fardados terem se colocado como protagonistas políticos são várias (estas, também, às vezes tomadas de forma mais dependente de outros atores sociais, às vezes menos); mas de forma geral, o campo de estudos militares tende a concordar que os militares geralmente se desviam de seu papel constitucional e passam a constituir “algo estranho” à democracia. Um dos conceitos no interior desse campo – ou subárea – das Ciências Sociais que veio a definir uma forma para este “algo” é o de “partido”, desdobrado nas formas de *partido militar* e *partido fardado*. É sobre um conjunto de interpretações que partiram desses conceitos que vamos trabalhar aqui. A justificativa para este foco é que no interior de muitas chaves possíveis através das quais pode-se ler o fenômeno do “militarismo”, foram as noções de “partido” que mais ganharam consistência, a ponto de persistirem como chave analítica para períodos distintos como a ditadura militar (1964-1985) e o governo Bolsonaro (2019-2022).

Por meio da análise de tais interpretações, discutiremos um problema anexo ao modo como a noção de “partido” enfocou a questão militar: as Forças Armadas agiram politicamente por meio da *coesão* ou pela *cisão*? Sua ação política foi ativa ou reativa? Seu modelo de “partido” é o de uma estrutura voltada para a guerra ou clonada dos partidos civis? Para tentar responder estas questões veremos inicialmente as formulações compiladas no volume organizado por Alain Rouquié (1980) sobre o(s) partido(s) militar(es), tendo em vista que, embora o pesquisador francês seja recorrentemente lembrado como seu criador, é somente por meio das produções de Antonio Carlos Peixoto (1980a; 1980b) que podemos compreender o contexto político a que a elaboração conceitual fazia referência originalmente. Em seguida, apresentaremos a concepção de *partido fardado* de Oliveiros Ferreira (2000; 2004; 2007), que evoca um argumento muito difundido pelo pensamento autoritário brasileiro acerca da *desarticulação nacional* como chave explicativa e justificadora da atuação política da caserna. De maneira geral, procuraremos mostrar que em ambos os casos houve uma tendência a realçar as divisões entre a Instituição Militar e o *partido*, a qual contemporaneamente foi reeditada em uma oposição que abarca também o governo Bolsonaro.

Assim, após expor a primeiras concepções sobre o *partido militar* e o *partido fardado*, discutiremos os esforços mais recentes envolvendo o relacionamento dos militares com o governo de Jair Bolsonaro. Procuraremos demonstrar que, ao deslocar as concepções de *partido* para a análise da situação atual, há uma linha de continuidade com questões relativas à ditadura militar que corre o risco de tirar de foco uma nova postura adotada por militares: a ação indireta ou oblíqua em relação a Bolsonaro. Um de nossos argumentos é que, diferente da Ditadura de 1964, quando as Forças Armadas deram um golpe armado e assumiram o governo para si, no governo Bolsonaro os militares agiram “em segundo plano” e de forma dissimulada, invertendo o papel de quem manda e quem obedece na sua relação com o Presidente. Embora não seja nossa intenção desenvolver uma teoria sobre como eles realizaram esses procedimentos – como se pode ver, por exemplo, em Leirner (2020); e Lemos de Souza e Leirner (2024) –, colocamos este ponto no horizonte comparativo para problematizar os deslocamentos que o conceito de *partido* (militar/fardado) sofreu no tempo. Nossa ideia, então, é buscar os prós e contras da entronização deste na análise sobre os militares⁴.

O partido militar: correntes militares e grupos civis

alain Rouquié, em *Os partidos militares do Brasil* (1980), buscava evidenciar com a noção de partido militar, o fenômeno segundo o qual “[...] as Forças Armadas podem ser forças políticas que desempenham, por outros meios, as mesmas funções elementares que os partidos, e sobretudo que conhecem em seu seio – tanto quantos os partidos, mas segundo outra lógica – processos de deliberação, de tomadas de decisão, e até mesmo de união e articulação sociais”⁵. Tratava-se de uma potente metáfora para a investigação da relação entre o Exército e a política, ou, mais especificamente, de “como os militares se decidem em matéria política” (Rouquié, 1980:12).

Rouquié procurou discutir o “lugar-comum”, supostamente propiciado pelos próprios militares, de que as Forças Armadas seriam um ator unido e monolítico, o que teria influenciado interpretações idealizadas dos movimentos tenentistas e da Revolução de 1930, e que se mantiveram presentes nos esforços teóricos desde então. Para ele, a instituição militar apresentaria seus próprios “rachas” internos, cujos consensos sobre questões políticas teriam origem corporativa e se apresentariam com base no código normativo da instituição⁶. Nessas dinâmicas, as divisões internas poderiam coincidir com correntes da opinião civil, sobretudo se tratando de “questões centrais da vida nacional” (Idem, Ibid.). Todavia, tais divisões não poderiam ser reduzidas ao “simples jogo de cooptação ou de aliança com setores econômicos ou políticos civis”. Seu interesse estava em ressaltar que as Forças Armadas eram, entre outras coisas, um espelho deformador das tensões da sociedade, na medida em que

os militares naturalmente se dividem em função dos grandes problemas nacionais, mas segundo procedimentos próprios e com consequências singulares ligadas às diversas pressões a que são submetidos e aos múltiplos papéis que desempenham. Tanto os valores quanto os interesses próprios da corporação acarretam uma reformulação em termos militares de questões centrais da vida nacional que não fica devendo muito à coerência intelectual das ideologias civis (Rouquié, 1980:20).

Rouquié seguiu o fio daquilo que acreditava ser uma permanente tensão entre o partido militar, tomado como decalque da própria instituição militar, e os partidos militares, isto é, as tendências políticas organizadas no seio do Exército. No pós-1964, quando a instituição assumiu o governo, essas disputas internas apresentaram reverberações para todo o Estado e

a sociedade brasileira, sem que fosse rompido o elevado nível de coesão institucional e a prerrogativa do quadro de oficiais em funcionar como uma “organização política superior” (Rouquié, 1980:14-17).

Na coletânea, o partido militar também é definido por Antônio Carlos Peixoto (1980a; 1980b), por meio do qual é possível esclarecer melhor as condições da elaboração conceitual que se encontram apenas anunciadas por Alain Rouquié⁷. Em o *Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964)*, Peixoto (1980a) detalha um contexto em que as eleições no Clube Militar se tornaram tão importantes quanto as eleições presidenciais, opondo nacionalistas e liberais sobre os grandes temas da política nacional. Com esse contexto em mente, para Peixoto, tornava-se fundamental o realce dado às cisões internas à instituição e seu relacionamento com as divisões observadas na sociedade como um todo. Desta maneira, a história do fenômeno militar brasileiro entre 1945 e 1964 seria uma sucessão de eventos em que cada um dos grupos militares, apesar de não procurar provocar uma cisão das Forças Armadas em si, não deixou de buscar isolar os grupos antagônicos, presumindo, quase sempre, que agiam em nome da totalidade da organização militar (Peixoto, 1980a:84).

Já em *Exército e Política no Brasil*, Peixoto (1980b) propõe que o entendimento do comportamento militar e sua incidência sobre a política passa a articulação entre as pressões exercidas pela “sociedade global” e “[...] um certo número de traços e características institucionais: valores, percepção do sentido e do conteúdo das missões atribuídas às Forças Armadas, tipo de formação profissional e natureza do relacionamento com os outros agentes [...] do cenário político”. Nesta dinâmica, haveria três agentes fundamentais: “[...] os civis (partidos, grupos de pressão etc), as correntes militares, e as estruturas do comando supremo (os mais elevados escalões da hierarquia militar)” (Peixoto, 1980b:31-34).

De maneira geral, no enquadramento proposto por Peixoto (1980a; 1980b) é difícil localizar o que significam as Forças Armadas enquanto instituição. Por vezes, esta parece ser tomada enquanto sinônimo de hierarquia, já que o autor a posiciona enquanto uma categoria equidistante tanto das correntes militares quanto dos grupos civis que buscam atrair os militares para seus pontos de vista. Nesse caso, haveria duas situações possíveis:

[...] na primeira, há a coincidência entre as propostas de uma dada corrente e a hierarquia – o partido militar expressa-se através da hierarquia e logra isolar a corrente oposta. Na segunda, o partido militar consegue estabelecer nas

Forças Armadas um consenso que torna capaz de fazer a hierarquia ceder. Mas tal consenso é por si mesmo o resultado das mudanças e das novas relações de força que ocorreram na sociedade política (Peixoto, 1980a:85)

Por conta destas constantes tensões e mediações entre a sociedade e a instituição militar, que é apresentada enquanto um duplo, isto é, de um lado, manifestação das posições de comando situadas pelas normas da hierarquia e, de outro, expressão dos espaços abertos ao debate entre diferentes correntes de pensamento, Peixoto (1980b) defende que tomar a estratégia da instituição militar pelo seu produto acabado (uma “decisão” qualquer), subestimaria a complexidade do fenômeno da intervenção militar por desconsiderar os conflitos internos das Forças Armadas e a forma pela qual os militares interpretam as disputas que ocorrem na sociedade que os engloba. Deste modo, estaríamos diante não de uma única estratégia “oficial”, mas de várias; forjadas em um jogo político de articulação e adaptação de diversas correntes de opinião militar, que também não deixam de convergir ou divergir das divisões externas à instituição (Peixoto, 1980b:33-34).

A riqueza dos dados expostos por Antônio Carlos Peixoto e seu esforço em produzir uma generalização conceitual do partido militar teve um rendimento amplo, ainda que suas contribuições se limitem ao período histórico de 1945-1964. Alain Rouquié também não deixou de pontuar em seu texto introdutório que as interpretações contidas na coletânea diziam respeito a “momentos-chave de máxima transparência dos processos políticos internos” às Forças Armadas (Rouquié, 1980). Essa constatação é fundamental para dois questionamentos. Em primeiro lugar, se as análises de ambos os autores podem resistir a um quadro pós-1964 em que: i) “as tensões que as Forças Armadas sofreram desde essa época não deram origem a correntes de opinião estáveis no interior do aparelho militar” (Peixoto, 1980a:109); e ii) o confronto entre diferentes tendências tornou-se “menos transparente, já que menos público e sobretudo menos vinculado a organizações políticas civis” (Rouquié, 1980:14). E, em segundo lugar, se o reconhecimento do jogo político anterior a uma “decisão” no interior das Forças Armadas autoriza a análise a considerar que, por conta deste mesmo jogo, há decisões mais ou menos “oficiais/institucionais” e, portanto, mais ou menos lastreadas na hierarquia e nas estruturas de comando, como nos parece sinalizar uma série de trabalhos sobre a atuação dos militares durante o governo Bolsonaro e que serão detalhados mais à frente (Penido Oliveira, Lentz, 2020; Penido Oliveira, Mathias, 2021; Martins Filho, Pavarin, 2019).

Uma leitura para além da coletânea sobre os partidos militares revela que, com esse conceito, Alain Rouquié buscava se distanciar das teses que localizavam a intervenção política das Forças Armadas a partir de uma falta de projeto hegemônico das elites. Segundo ele, as causas do intervencionismo não estariam no nível das classes sociais, mas na forma pela qual o Exército, sendo o garantidor de um Estado que regulamenta a participação dos agentes sociais e serve de instância mediadora, acaba por se posicionar no centro desta mesma máquina estatal. Assim, as intervenções militares

[...] repelem os grupos sociais, as forças políticas que opõem obstáculos a seu funcionamento ou à sua expansão. Os militares não são os ‘cães de guarda’ da oligarquia ou do grande capital, mas sim os guardiães do Estado, que é liberado por eles dos agentes considerados, por eles próprios, perigosos e inúteis”. Esta avaliação serviria para boa parte dos Estados latino-americanos e em especial para o caso brasileiro em que “o sonho tenentista de uma modernização conservadora executada por um Estado ‘despolitizado’ realiza-se finalmente depois de 1964. O único grande corpo burocrático do Estado [o Exército] funda o ‘estado administrativo’. [...] Sua ideologia não é nem o fascismo nem o liberalismo, mas uma ‘ideologia do Estado’. Agindo desta forma, os militares brasileiros mantêm, senão aumentam, sua autonomia política e globalmente não se conduzem apenas como simples agentes da burguesia (Rouquié, 1984:336-338).

Mais à frente mostraremos como outra noção de partido, aplicada às Forças Armadas, foi na contramão de Rouquié e Peixoto, apesar de também enquadrá-las enquanto organizações políticas. Por enquanto, basta ressaltar que o conceito de partido militar se insere na literatura sobre militares no Brasil relacionado ao desenvolvimento histórico do país, sendo pensado em articulação com um plano sociopolítico mais amplo.

Cabe notar que o campo de “estudos militares” é relativamente grande quando tratamos das Ciências Sociais produzidas nos EUA e Europa. Contudo, até onde pudemos notar, o partido não se tornou uma opção analítica fora do Brasil. Apesar disso, Eliézer Rizzo de Oliveira (1976), identificou que, *pari passu* àquela visão de realce às divisões e “rachas” militares, criou-se uma regra sociológica básica, “segundo a qual haveria maior probabilidade de intervenção militar quanto menor fosse a capacidade das elites civis para ‘resolver seus próprios problemas’”; ou seja, de que a ascendência política dos militares guardava íntima relação com a “fragilidade das instituições políticas” nacionais e com uma certa “omissão civil” (Oliveira, 1976:8-9).

Omissão civil e avanço militar

As conexões espaciais e temporais que ajudam a entender a sociogênese das percepções quanto à omissão civil parecem estar bem explicitadas na sociologia norte-americana pelo menos desde a década de 1950, especialmente na análise de C. Wright Mills (1981 [1956]). Como o recupera Paulo Arantes, em *O Mundo Como Alvo* (2021), não só os “lugares de sempre” dos golpes, mas todas as regiões do mundo configuraram-se em alvos de uma definição militar da realidade ou, enfim, de uma metafísica militar. Mesmo sem a farda, os “senhores da guerra”, observados por Mills na sociedade norte-americana do final dos anos 1940, retornaram da Segunda Guerra Mundial para subverter o desejo por pacificação e tomar as rédeas de uma série de instituições e doutrinas promulgadas por todo um famigerado aparato legislativo. A partir de então, surgiu tanto a Guerra Fria, enunciada pela Doutrina Truman, quanto “[...] [um]a nova Lei de Segurança Nacional [que] criava o Departamento de Defesa, o Estado Maior Unificado, o Conselho Nacional de Segurança e enfim, a CIA. Estava oficialmente criado o fetiche dos fetiches, o Estado de Segurança Nacional” (Arantes, 2021:48).

Neste sentido, Wright Mills confrontava-se com uma realidade na qual os altos militares se tornaram aceitos pela elite política e econômica dos EUA como “[...] autoridades em assuntos que ultrapassam de muito a concepção histórica do domínio adequado aos militares” (Mills, 1981:244). Atores ativos de um militarismo que parecia exportar seus códigos para uma série sem fim de políticos, funcionários civis, jornalistas, acadêmicos e entre outros, todos partícipes de uma dinâmica na qual o governo norte-americano parecia ter passado a operar de forma dual:

[...] um aberto à visitação pública e operando mais ou menos às claras, o outro operando na sombra — da guerra, precisamente -, secreto e autoritário, em estado de guerra permanente e intervenções encobertas recorrentes. Pois é essa nova forma de governo dual, ou melhor, o seu efeito mais desconcertante — fora o choque da erosão continuada do sacrossanto *rule of law* —, que segundo Catherine Lutz, Wright Mills teria visto e denominado então ‘definição militar da realidade’: qualquer iniciativa de governo, de um sistema de rodovias à localização de um subúrbio, das mais às menos relevantes, nada que não passasse por esse crivo, que poderemos chamar provisoriamente de estratégico, com risco de banalizar a visão de nosso sociólogo (Arantes, 2021:48-49)⁸.

Para o sociólogo estadunidense, não haveria outra categoria social que se aproximasse dos “[...] recursos de tempo, dinheiro, homens, que os militares dispõem para apresentar seus pontos de vista, dia a dia” (Mills, 1981:264-265). Apesar disso, em sua perspectiva, o militar profissional não estaria intrinsecamente interessado no poder político, mas se veria em uma situação na qual este poder lhe seria cedido pela omissão civil:

Os políticos [...] omitem-se em relação à sua tarefa específica de debater a política, ocultando-se atrás de uma suposta perícia militar. E os administradores políticos faltam à sua missão de criar uma verdadeira carreira no serviço civil. Com essas duas omissões civis, os militares profissionais ganham ascendência. É precisamente por esses motivos que a elite militar – cujos membros não são, presumidamente, nomeados politicamente, nem politicamente responsáveis – tem sido atraída para as mais altas decisões políticas (Mills, 1981:240).

Esta omissão, sobretudo da organização e do pessoal que constituiriam o Congresso norte-americano, recalcaria a “segurança” e “autoridade” dos militares como peritos em decisões de importância política e econômica básica. Para Mills, portanto, a questão evocava um quadro de omissão mais do que de uma “usurpação militar” de funções propriamente civis (Mills, 1981:245). Porém, desde já, é preciso relativizar este ponto: Mills estava imerso em um mar ideológico e conceitual que reiterava o “controle civil” sobre os militares, cujo ápice programático parece ter sido a constatação feita pelo próprio Presidente Eisenhower – ele mesmo um militar – de que o poder desses havia cruzado uma linha depois da 2ª Guerra. Em 1956, Mills também não teria como antever o quanto o neoliberalismo casaria tão bem com essa nova metafísica militar, a qual aparenta escapar às teses mais do que cristalizadas em nosso pensamento social de que a “guerra aparece quando o Estado falha” e da qual as noções de que o protagonismo militar surge por incompletude civil são, afinal, tributárias (Arantes, 2021; Leirner, 2023).

Ainda que a sociogênese norte-americana seja feita com base numa formação estatal bastante diferente da nossa, é notável como se usa por aqui a régua da falta de “democracia consolidada” para explicar os porquês das inúmeras intervenções militares ocorridas no Brasil. Ainda assim, é preciso levar em conta, como apontado acima, que o conceito de partido parece ter sido uma das vias por onde houve uma certa “tropicalização” dessa problemática. Não por acaso, a tese da omissão civil também encontra eco entre os primeiros pesquisadores que buscaram compreender a ação política das Forças Armadas brasileiras, antes mesmo do partido aparecer como chave explicativa.

É provável ter sido Alfred Stepan quem primeiro introduziu na literatura nacional dedicada aos militares uma compreensão segundo a qual as Forças Armadas só interfeririam na política mediante a incapacidade civil de barganhar, persuadir e estabelecer compromissos e diálogos em momentos de crise política. Segundo essa acepção, o padrão moderador que teria vigorado entre 1945 e 1964 seria a expressão de uma elite civil que procurou suprir suas debilidades políticas através da cooptação dos fardados para suas causas e disputas. Embora posteriormente criticado, o modelo de Stepan relegou às análises posteriores uma perspectiva que enquadra as Forças Armadas como um subsistema do sistema político mais amplo e que, por isso mesmo, compreende a intervenção política destes atores como consequência direta das ações (ou omissões) civis, em detrimento de uma análise que se detivesse às características institucionais dos estabelecimentos militares (Stepan, 1975:44).

De forma similar, José Murilo de Carvalho (2006 [2005]) considera que a responsabilidade pela interferência dos militares na política caberia também aos civis, que a partir de distintas posições no espectro político ora se abstêm da temática, ora optariam pela convivência aberta, contribuindo para um quadro no qual os problemas de organização das Forças Armadas e de defesa nacional passem ao largo de uma preocupação do controle sobre os militares (Carvalho, 2006:139). Já Eliézer Rizzo de Oliveira (1993), vê a percepção de que a omissão e sua consequente intervenção militar seriam tributárias de uma sociedade nacional desarticulada. Segundo o pesquisador, os líderes políticos e partidos apresentariam um verdadeiro “descaso” para com o setor militar; fator que, combinado à autonomia institucional – expressão da própria história das Forças Armadas brasileiras e das condições de desenvolvimento da profissão militar – e à fragilidade do sistema político, que reconhece os militares como um parceiro efetivo, levaram Oliveira a enquadrar os militares como uma “*força social mediadora* entre a economia e a política e entre interesses sociais”, emergindo assim entre eles próprios (e outros atores associados a eles) “a visão do papel de moderação das lutas sociais reais” por parte das Forças Armadas (Oliveira, 1993, p. 174-182, ênfase do original)⁹.

A tese da omissão civil também pode ser encontrada nos usos que se fez do partido, tal como pode ser identificado nos trabalhos de Oliveiros Ferreira como, por exemplo, em *Forças Armadas para Quê?* (2004 [1988]). Nesse caso, a tese se desdobra desde o período colonial, retomando a hipótese de que o Brasil não se constituiria como “nação” pois não realizaria um “projeto”. Teríamos classes sociais incapazes de estabelecer

contatos organizacionais significativos em todo o território nacional para defender posições coerentes de classes. Esta fragilidade da sociedade nacional se refletiria em um Estado pouco articulado e despojado de um núcleo social hegemônico. Em decorrência desse quadro, as Forças Armadas emergiriam como “o único grupo organizado capaz de preencher as funções de partido”, ou seja, de direção do país enquanto um partido fardado (Ferreira, 2004:49-50). Esta foi uma visão inspirada, de um lado, na noção de “crise de hegemonia”, a partir de uma leitura de Antônio Gramsci sobre a emergência da força diante da falha de consenso¹⁰ e, de outro, nos preceitos enunciados pelo pensamento autoritário brasileiro, tal como o de Oliveira Viana (Ferreira, 2007:2).

Desse modo, Oliveiros Ferreira (2000; 2004; 2007), em sua concepção de partido fardado, quem talvez tenha melhor plasmado a simbiose entre a literatura sobre militares no país calcada na omissão civil, e a ideologia manifesta pelos próprios militares justificadora de suas intervenções políticas. Afinal, é preciso lembrar que autores como Oliveira Viana e Alberto Torres também constituíram a base de pensamento de toda uma geração de militares que tiveram atuação na Força Expedicionária Brasileira, no Clube Militar e na Escola Superior de Guerra, e cujo produto mais bem-acabado e com maior longevidade doutrinário-ideológica foi, sem dúvida, a Doutrina de Segurança Nacional (Oliveira, 1976:45; Coelho, 1985:14). Como se verá mais adiante, assim como Alain Rouquié, as contribuições de Oliveiros Ferreira também foram recuperadas nas interpretações sobre o relacionamento entre os militares e o governo Bolsonaro. Por isso, é preciso dedicar atenção a este autor, que parece ter imbricado atuação ideológica, profissional e desenvolvimento teórico.

O partido fardado: desarticulação nacional e “paisanização” dos militares

antes de mais nada, cabe lembrar um ponto biográfico sobre Oliveiros. Como bem colocaram Celso Castro e Adriana Marques, “cientista social e jornalista, Oliveiros teve uma militância trotskista na juventude e posteriormente foi trabalhar na redação do jornal O Estado de São Paulo. Apoiou o Golpe de 1964 e publicou, no mesmo ano, *As Forças Armadas e o Desafio da Revolução*, onde apontava os militares como o único grupo político organizado capaz de desenvolver o país. Durante toda a vigência do regime militar, Oliveiros conciliou a vida de jornalista no Estadão com a docência na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da

USP. Esse duplo pertencimento, aliado a uma posição independente em relação ao regime – ora de apoio, ora de crítica – e à leitura nada convencional da obra de Antonio Gramsci (que Oliveiros foi um dos primeiros a conhecer e divulgar no Brasil), tornava quase impossível encaixá-lo nos esquemas teóricos e de militância que moldavam o mundo acadêmico uspiano daquela época” (Castro, Marques, 2016:17-18)¹¹.

Podemos dizer que desde suas primeiras teses Oliveiros buscava uma interpretação sobre o problema da organização da hegemonia no Brasil. Seu doutorado – *Nossa América, Indoamérica* – sobre o pensamento do peruano Haya de la Torre, já trazia o problema das elites em função da contenção em relação às classes populares “indoamericanas”. A falta de um projeto hegemônico levaria aquelas a buscar sobrevivências do período colonial e a um atavismo às potências imperialistas como único recurso a sua própria unificação (Ricupero, 2015:18). Este era um ponto que tinha fortes ressonâncias com o Brasil, para o qual Oliveiros apostava numa solução conservadora, nacionalista e fundadora da noção de um partido da ordem nacional¹².

Em suas obras posteriores, Oliveiros Ferreira expôs sua filiação ao pensamento de Oliveira Viana, considerado por ele “um grande pensador”. E é de uma leitura dos “problemas brasileiros”, a partir de Viana, que Ferreira fundamenta a percepção segundo a qual a sociedade brasileira seria “desarticulada” desde sua origem, com uma sociedade civil incapaz de estabelecer vínculos orgânicos entre si e que, por isso mesmo, viu o Estado (ou mais especificamente, os militares) desempenhar as funções que em outros lugares couberam às classes sociais¹³. Isto é,

[...] diante de uma nação socialmente desarticulada, em virtude de as populações dos diferentes arquipélagos dificilmente se comunicarem entre si, não podendo, portanto, estabelecer contatos quantitativa e qualitativamente significativos, capazes de forjar uma opinião pública que tivesse, de Norte a Sul, uma visão coincidente no essencial sobre o futuro do grupo nacional”, o *partido fardado* enxergou a si próprio como dotado da missão de organizar o país e ligar os “arquipélagos” (Ferreira, 2004:51-58)¹⁴.

Na interpretação de Oliveiros Ferreira, foram as Forças Armadas que garantiram, ao longo da história brasileira, a unidade territorial, “condição *sine qua non* para a existência do Estado ‘brasileiro’”. Nesta perspectiva, os militares foram decisivos desde 1821, conquistando posteriormente, com a Constituição de 1891, a prerrogativa de manter as leis no interior

do país sem a necessária anuência do Poder Executivo. A partir de então, tornaram-se autônomos em relação ao poder civil, na medida em que cada um de seus membros ou de seus superiores hierárquicos puderam advogar a posição de intérpretes autorizados da legalidade dos atos dos governantes. Foi justamente inspirado por essa autonomia reconhecida pelas cartas constitucionais desde então, que o partido fardado se lançou na cena política interpretando um papel importante nas crises que vão da proclamação da República¹⁵ ao golpe de 1964 (Ferreira, 2007:10, 49 e 582).

Por sua vez, no seu *Vida e Morte do Partido Fardado*, Ferreira (2000) afirma existirem duas maneiras de marcar o relacionamento dos militares com o governo e de afirmar o compromisso com a Nação e com o Estado. De um lado, teríamos o estabelecimento militar, pautado no comportamento da hierarquia e disciplina, e no respeito as autoridades civis. De outro, o partido fardado, que romperia com aqueles valores e se basearia na concepção de que os militares seriam intérpretes legítimos da Constituição e, uma vez defensores da lei e da ordem, responsáveis por estabelecerem, “*motu proprio*, o momento em que agir[ão] para cumprir essa determinação constitucional, e a maneira pela qual far[ão]” (Ferreira, 2000:42).

Neste caso, ao falar sobre o estabelecimento militar, Ferreira se refere a um grupo de militares que “fazem do respeito e da manutenção da disciplina a pedra de toque da carreira militar”, postura esta vigente em períodos de ausência de crise de Estado¹⁶. Trata-se de um grupo organizado com permanência no tempo e que se confundiria com a própria instituição militar, sendo povoado em sua grande maioria por oficiais gerais e superiores. Já em relação ao partido fardado, estaríamos diante de um grupo organizado que não permanece no tempo como organização e cuja existência se evidenciaria “em momentos de tensão interna na corporação ou de desencontro dos militares com o Governo”. Nessas ocasiões, sua existência dependeria da emergência de um centro aglutinador em torno de um tótem (liderança militar), que exploraria “transformações profundas no que se refere ao valor do acatamento sem contestação de ordens emanadas dos escalões superiores ou das autoridades civis”, objetivando realizar mudanças na sociedade e na própria corporação (Ferreira, 2000:43-44).

Oliveiros Ferreira advoga o papel de protagonismo das Forças Armadas, ressaltando a constância histórica da intervenção militar na política desde antes da Independência, em 1822. O autor se contrapõe, assim, às interpretações segundo as quais a instituição seria apenas “instru-

mento dos partidos, aliciadas por facções do mundo civil [...] para a defesa do *status quo*” (Ferreira, 2000:47). Todavia, Oliveiros enxerta ao longo de sua formulação do partido fardado uma dimensão de atuação militar na política totalmente dependente do mundo civil. Para ele, ao dependerem de um totem – que quase sempre pertencente ao estabelecimento militar e cuja autoridade emana da própria hierarquia para a mobilização da tropa –, o partido perderia a direção e a liderança das mudanças que procuraria realizar, ficando preso ao *ethos* burocrático e reproduzindo os mesmos valores de subordinação popular próprios da elite civil. Como consequência,

Não sendo capaz, exatamente por sua atemporalidade, de formular uma concepção correta do processo – e tê-la é uma das condições essenciais para disputar a hegemonia sobre outras forças que participam do processo político – *ele* [partido fardado] *tende a fazer suas aquelas proposições que espelham as concepções dos grupos civis a que se alia quando passa das palavras à ação para tentar realizar as transformações que reputa necessárias.* Uma necessidade permanente de socorrer-se da hierarquia associada à adoção da ideia que os grupos civis eventualmente aliados têm do processo o que assinala a marcha, a ascensão e, afinal, a queda do Partido Fardado (Ferreira, 2000:82-83, ênfase nosso).

Nesse ponto, a atuação política dos militares, isto é, o movimento que atravessa o partido fardado, materializa-se em uma “paisanização” dos militares, na medida em que Oliveiros Ferreira compreende tal atuação como o abandono da hierarquia e da disciplina e a adoção dos valores “[...] que formaram os contornos do quadro em que cada um encaixava o mundo *antes da consciência e do comportamento terem sido trabalhados pelas escolas militares*” (ênfase do autor). A intervenção política dos militares é, portanto, uma volta ao mundo civil para aqueles que o abandonaram um dia, mas uma volta que transpõe para a política elementos que Ferreira vê como próprios, e talvez os principais, do mundo militar: para defenderem a Pátria – que acreditam ser menosprezada pelos políticos – e a honra militar, evocam noções de “amigo” e “inimigo” inerentes ao conflito armado (Ferreira, 2000:42-89).

Entretanto, qual a consequência de as Forças Armadas atuarem como núcleo de poder no Estado? Ao analisar as dinâmicas estabelecidas após o golpe militar de 1964 e a ida de fato dos militares ao poder, Ferreira evidencia um quadro em que a legitimidade do governo não estaria vinculada à capacidade de arregimentação da opinião pública, mas das baionetas

de um Exército que age como um partido político (ou seja, um “instrumento para a solução de um problema ou de um grupo de problemas da vida nacional”), enredado em seu *ethos* burocrático eminentemente estamental-disciplinar e, portanto, relegado a uma visão imediatista da ação política e incapaz de compreender o processo político como o desenrolar de conflitos e ajustamentos, mas apenas enquanto “um exercício de ordem unida” (Ferreira, 2004:36; Ferreira, 2007:22).

Nessas circunstâncias, o partido fardado seria, não obstante, incapaz de compreender a “organização política da opinião [e] do público que discute os problemas e não aceita as decisões vindas de cima”, mas não só. Para ele, uma vez tendo o Ocidente afirmado a predominância do “Poder Civil” sobre o estabelecimento militar, este encontrou-se afastado de uma compreensão mais ampla da ação e das relações políticas, que, apesar disso, não deixaram de ser os fundamentos da ação militar. Assim sendo, ao assumir para si a tarefa de núcleo hegemônico de organização da sociedade, as Forças Armadas tenderam a fazer de sua organização o modelo da organização política do país e “[...] do seu ‘*ethos*’ o modo de pensar que deve dominar a Nação [...]” (Ferreira, 2004:43-77).

Ainda assim, é preciso levar em conta que Oliveiros produziu sua noção de partido a partir de uma leitura heterodoxa de Gramsci (cf. Araújo, 2015), ressaltando que o projeto hegemônico militar embutia um certo “consenso sobre a força”, e que, por fim, a política dizia respeito às capacidades de organização e transmissão de um conjunto de “posses” que operava no interior de uma espécie de sistema cultural (Kritsch, 2015). Nesse ponto, talvez seja possível pensar que Oliveiros tinha na cabeça que o partido fardado seria uma espécie de plasma das noções gramscianas de “partido democrático” (aquele que delibera e o torna verdadeiramente político) e “partido burocrático” (aquele que se caracteriza por executar) (Idem, p. 93). Em certo sentido, arriscamos a dizer que o partido fardado, tal como Oliveiros o via, respondia ao problema (não só) gramsciano da “obediência ao pequeno número” como uma espécie de tipo ideal, dadas suas características intrínsecas.

Não deixa de ser intrigante que Ferreira tenha colocado essas mesmas ideias para os próprios militares, durante alguns anos, enquanto foi professor emérito na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Se ele colocava como uma espécie de “crítica”, é notável que o efeito para os militares foi justamente o contrário – como atesta Leirner (1997; 2020), que participou com ele de alguns desses momentos na pró-

pria instituição. Lá, eles liam e discutiam Gramsci através de Oliveiros, e possivelmente dali saiu uma geração de militares que começou a ver no “gramscismo” e na “guerra cultural” da esquerda uma ameaça, a qual só poderia ser interrompida se os militares (novamente) articulassem um projeto nacional – mas desta vez atuando na “direção”, e não no “palco”.

Da mesma forma, é dessa época (começo dos anos 1990) que jornalistas que frequentavam a ECEME começaram a elaborar teorias mais completas sobre o “gramscismo”: tal foi, por exemplo, o caso de Olavo de Carvalho (Leirner, 2020:32-36). Nada disso, contudo, foi uma completa novidade. Antes de Ferreira e Olavo, nos anos 1970, militares faziam coisas parecidas com Marcuse (Idem: *ibid.*). O passo rumo a Gramsci pareceu se adequar ao momento em que a guerrilha urbana cedeu lugar ao que se compreendia como uma “guerra cultural”. O exato momento em que essa ideia apareceu dentro de um estabelecimento militar ainda não foi desvendado, mas é notório que, tendo um leitor de Gramsci como Ferreira dentro da Escola de Comando, o tema seria inescapável aos militares, sempre preocupados em entender o “problema da crise de hegemonia entre as elites civis”, como vimos (cf. também Leirner, 1997). Afinal, as sucessivas transformações que pensadores conservadores e militares realizaram durante seus contatos torna difícil ver de quem é a chocadoeira e de quem é o ovo.

Sobre essa temática, Michel Debrun (1987), ao analisar a base social do pensamento militar proveniente da Escola Superior de Guerra (ESG), identificou a existência de uma simbiose entre as ideologias do “conservantismo brasileiro” e aquela expressa pelos “objetivos nacionais” e de “segurança nacional”, provenientes do mundo militar da segunda metade do século XX. Segundo ele, o pensamento da ESG proporcionou uma orientação política de uma concepção bastante presente nos grupos dominantes no Brasil, segundo a qual “[...] a sociedade e/ou o homem brasileiro [...] são social e politicamente ‘fracos’, no sentido de que são incapazes de se associar e auto-organizar, seja para se desenvolver econômica e culturalmente, seja para forjar um projeto de destino coletivo”. Uma visão que favoreceria “atitudes tutelares”, uma vez que

[...] não só o Brasil tem de passar de ‘fraco’ a ‘forte’ como essa ‘redenção’ não pode ser obra dele próprio. Deve-se, portanto, promover este Brasil de cima para baixo, fazer o bem dos seus habitantes malgrado ele, até pelo menos que a massa ‘amorfa’ tenha sido substituída [...] por uma totalidade articulada de cidadãos instruídos e responsáveis (Debrun, 1987:192).

Assim, caberia a uma elite organizar aquela massa amorfa. E para tanto, nada melhor que a atuação dos próprios militares na educação da elite civil-empresarial do país, sendo capazes de “[...] drenar, unificar, mobilizar e orientar capacidades de mando e de repressão esparsas no tecido social, oferecendo a essas ‘reservas de poder’ um projeto de sociedade e impedindo que se esgotassem no exercício do mandonismo local” (Debrun, 1987:195). O projeto educativo militar dos anos 1950, por fim, emanava um princípio de visão de mundo que partia da premissa de que não somente a “massa” da população encontrava-se desarticulada, como também a elite nacional (Oliveira, 1976:46). Era fundamental, pois, civilizar incondicionalmente todos os civis, ainda que tal projeto significasse a permanente projeção política das Forças Armadas.

Como vimos logo acima, isso vem de encontro ao que Piero Leirner (1997), durante seu trabalho etnográfico na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), nos anos 1990, identificou como uma presença daquele mesmo princípio e visão de mundo entre os oficiais superiores da Força. Na perspectiva destes, uma vez estando envolvidos em questões próprias da vida pública em nível nacional e, conseqüentemente, estabelecendo contatos com os mais variados atores políticos e sociais, caberia ao Exército Brasileiro se “abrir” para a sociedade, “[...] mas de uma forma ainda restrita, ou ‘privada’, com articulações estratégicas e fragmentadas, de grupo a grupo, tentando abarcar setores representativos da sociedade”, objetivando a concretização de um projeto político intraelites capaz de articular toda a sociedade, que – não custa repetir a ladainha – nada mais seria que um “amontoado de arquipélagos fragmentados” (Leirner, 1997:24).

Dessa forma, tanto a interpretação acadêmica do fenômeno da omissão civil e da consequente intervenção das Forças Armadas na política (partido fardado), quanto a própria ação militar enquanto “grupo de interesses” partem de uma mesma base comum que, de um lado, explica um fenômeno e, de outro, sustenta uma ação, baseada na pretensa “incompletude” nacional, seja de seu “povo” ou de suas “instituições” e “elites” (Leirner, 2020:60-61). À vista disso, Oliveiros Ferreira e seu partido fardado não são a exceção. Jorge Zaverucha (2000), por exemplo, diz que a ausência de supremacia civil sobre os militares é explicada pela inexistência no Brasil de uma “sociedade homogênea similar às do Primeiro Mundo”, assim sendo, em um contexto de “baixo grau de coesão social”, “baixo nível de institucionalização jurídica”, de “culto ao salvador”, de “partidos políticos fracos” e “corrupção endêmica” não poderíamos senão estar destinados ao recorrente “pretorianismo” (Zaverucha, 2000:306-307 e 311).

Fundamental pontuar que esta ideologia da incompletude nacional, compartilhada por acadêmicos e militares brasileiros, não deixa de tornar-se, porquanto, um “pensamento-encarnado” ou uma “profecia autorrealizável”, em que os grupos dominantes confundem a constatação da realidade social do país com o seu próprio “[...] poder de esmagar, desmobilizar ou cooptar – conforme as circunstâncias – outras camadas”, em uma lógica na qual os dominados não podem senão ser “naturalmente fracos”. Este é um quadro de um país marcado pelo hiato social, econômico, cultural e político entre sua elite e o restante da população, mas também entre a instituição militar e a sociedade englobante (Debrun, 1987:194-195).

Dessa forma, não deixa de ser interessante – e problemático – que a tese do partido fardado, fundada no argumento da desarticulação da sociedade brasileira, caminhe *pari passu* a uma cultura militar que reitera a incompetência civil em matéria de direção do país, gerando um quadro em que os sucessos e fracassos das intervenções militares são medidos justamente a partir do elo civil da equação. De um lado, os militares vão à política pela omissão paisana; e, de outro, uma vez no poder, falham em sua tarefa de guiar as “vontades nacionais” por filiarem-se ao pensamento da elite civil e se desvincularem da “consciência e do comportamento” aprendidos na caserna, como defende Oliveiros Ferreira. O fato é que tais considerações interpretativas tiveram vida longa e refletiram sobre um contexto no qual os militares, mesmo após o fim da Ditadura, conservaram posições de destaque dentro do aparato estatal. Um cenário que se manteve mesmo após a Constituição de 1988 e que 30 anos depois se apresentaria de forma dramática: um Capitão e um conjunto de Generais, Coronéis e demais militares das Forças Armadas chegaram ao poder pelas urnas¹⁷, desencadeando uma série de interpretações que em sua maioria recuperavam argumentos e conceitos que datavam dos anos seguintes ao fim da Ditadura Militar. Nosso argumento, assim, é de que o quadro geral das teorias sobre o(s) partido(s) continuou emoldurando parte da percepção acadêmica após 2018.

Militares e Bolsonaro: o partido versus a instituição

Com a profusão de militares que chegaram ao Palácio do Planalto e à Esplanada dos Ministérios, algumas análises identificaram no capitão Bolsonaro uma conduta mais firme que a de seus colegas generais (Martins Filho, 2019:175). Segundo essas mesmas interpretações, os militares aderiram à candidatura de Bolsonaro e apostaram na capacidade de con-

trolá-lo durante seu mandato. Porém, apesar de constituírem uma “ala militar” no governo, sujeita a conflitos e divisões internas, tiveram que se submeter a “vexames” e xingamentos do presidente e de seu entorno mais ideológico que resultaram em perdas para toda instituição militar (Martins Filho, Pavarin, 2019; Teixeira apud Victor, 2022: 287).

A despeito da tese da adesão militar à candidatura de Bolsonaro, tais análises afirmavam, ao mesmo tempo, que o Alto Comando do Exército era mais profissional e pouco envolvido em política, podendo desempenhar o papel de afastar as Forças Armadas do Executivo. No limite, o capitão utilizava toda sua capacidade política em benefício próprio e de seus familiares, produzindo a percepção de que fazia concessões aos militares que estavam no governo. Sendo intransigente e incontrolável, o presidente teria sido capaz de inverter a ordem de precedência hierárquica: tínhamos um capitão que arrastava generais para a política (Martins Filho, 2019; 2021; Martins Filho, Franco, 2020).

Naquele mesmo período, Eliézer Rizzo de Oliveira pontuou que a situação pela qual passava a política do país se assemelhava a reviver as contribuições de Oliveiros Ferreira; isto é, a emergência de um partido fardado¹⁸. As impressões de Oliveira foram acompanhadas por uma numerosa produção acadêmica sobre as relações estabelecidas entre as Forças Armadas e o governo de Jair Bolsonaro, e que partiam de duas contribuições principais: o partido militar, conceitualizado por Alain Rouquié (1980); e o próprio partido fardado, formulado por Ferreira (2000; 2004; 2007).

Justamente na esteira daquelas contribuições, Ana Penido Oliveira e Suzeley Mathias (2021) discutiram a noção de partido militar para a avaliação da presença castrense no governo Bolsonaro. Para as autoras, o partido seria a combinação de três formas de ação dos militares na política:

a institucional – quando a participação se realiza em nome da instituição ‘Forças Armadas’; a corporativa – quando ocorre pela atuação de lobbies ou de representações políticas e sindicais, sejam essas militares ou não; e a pessoal – quando militares, comissionados ou reformados, exercem um papel constitucionalmente reservado aos civis, seja por mandato atribuído pelo poder político, seja por ascensão ao poder pelo voto no Legislativo ou Executivo (Penido Oliveira; Mathias, 2021:64).

Apesar de combinarem os três tipos de ação política, as autoras ressaltaram que o partido militar apresentaria predominância da ação corporativa. Assim, caracterizaria-se por ser uma fração organizada das Forças Armadas que

ganharia funções elementares dos partidos políticos, tais como “articulação política, representação de interesses, coesão e organização de vontades individuais”, reproduzindo para tanto os princípios da hierarquia e disciplina para alcançar “objetivos claros de ocupação e manutenção de cargos na burocracia estatal”, bem como de “conquista de políticas públicas para as suas bases”. O partido militar com atuação durante o governo Bolsonaro seria, pois, um partido “sem conteúdo programático” e caracteristicamente fisiológico, o que o distinguiria do partido militar operante na Ditadura Militar de 1964-1985 (Penido Oliveira; Mathias, 2021:67-70; Penido Oliveira, Lentz, 2020).

Ainda segundo Penido Oliveira *et al* (2020), as Forças Armadas não teriam se acoplado ao governo Bolsonaro enquanto instituição, sendo incapazes de conquistar a hegemonia do governo durante o primeiro ano – apesar de serem “o único agrupamento coeso e organizado” de sustentação do discurso de campanha de Jair Bolsonaro. Aqui, a formulação acompanha as definições de Rouquié (1980) e Ferreira (2000; 2004; 2007), na medida em que haveria uma distinção entre a instituição e o partido militar. Assim, no bojo desta interpretação teríamos uma situação segundo a qual

O Partido Militar usufrui do corporativismo militar e mantém a Instituição militar capturada. A Instituição militar sempre gozou de alta aprovação na opinião pública, e isso é um fator de orgulho para qualquer militar. No triângulo Instituição, Bolsonaro e Partido, os bônus da imagem institucional ficam para o presidente, os bônus de recursos e cargos oriundos da ocupação no Executivo ficam para o Partido Militar, e o ônus do mau governo fica para a Instituição (Penido Oliveira, 2021).

Apesar de capturada, instrumentalizada e, em suma, refém, a instituição teria tido autonomia para delegar o poder de sua representação não ao partido militar, mas apenas aos “indivíduos”, como também para coagir os membros destoantes ao projeto do partido, malgrado o Alto Comando estar dividido entre os simpatizantes do “projeto bolsonarista” e os que optaram pela convivência e resolveram não se opor a esta atuação militante. Isto é, os incentivos a mecanismos de controle interno teriam se mantido independentemente da existência de qualquer indivíduo no topo da hierarquia contrário ao projeto em marcha dentro da instituição. Segundo essa análise, “[...] a correção dos rumos cabe[ria] aos [demais] membros da Instituição, e não exclusivamente aos militantes do partido” de tal forma que seriam “[...] louváveis os esforços para a diferenciação entre o Partido e a Instituição tanto para dentro das FFAA quanto diante da opinião pública, em uma lógica de reparação de danos” (Penido Oliveira, Lentz, 2020).

Importante pontuar que uma análise crítica desta interpretação, que vai na direção contrária da ideia de uma instituição dividida, parte do princípio de que a *identidade militar se sobrepõe ao partido*, e não o contrário. A consequência analítica mais importante desta visão é constatar que a politização age sobre a identidade, como mostrou Edmundo Campos Coelho (1976; 1985) já no final da ditadura. Podemos dizer que ele foi o primeiro a identificar uma tendência de interpretar a “politização” dos militares como uma “paisanização”, como pode ser observado nos trabalhos descritos anteriormente. Para o autor, o processo se assemelharia a um “exorcismo” no qual os estudiosos seriam quase que vítimas de um “[...] profundo trauma com os símbolos, marcas, hábitos, mentalidade e procedimento das instituições militares necessitassem revelar a sua dimensão mais ‘familiar’ (ou ‘paisana’) dissolvendo nela a outra zona: a do perigo, da ameaça, do desconhecido” (Coelho, 1985:5). Por essas vias interpretativas sobram perspectivas da atuação política dos militares como o antro de pautas corporativas e do fisiologismo, e permanecem ausentes considerações acerca do que há de mais cotidiano e propriamente militar no intervencionismo das Forças Armadas. Cabe perguntar, nesse sentido, se a noção de Oliveiros Ferreira, de que permanecem em pé os “valores” que orientam a divisão de mundo em “amigo/inimigo” e na “hierarquia e disciplina” encontram sustentação em uma outra noção de partido militar aplicada ao fenômeno pós-2018.

Este foi o caso de, pelo menos, uma outra abordagem que procurou enquadrar a ação política dos militares no interior de seu esquema nativo ou “identidade”. Além dos trabalhos de Penido Oliveira e demais, o conceito recebeu as contribuições de Marcelo Pimentel Jorge de Souza (2021; 2023), cientista social e coronel da reserva do Exército. Partindo de uma perspectiva que podemos chamar de “interna” à lógica da instituição, ele caracterizou tal partido enquanto um

grupo informal, coeso, forte, hierarquizado, disciplinado, com características autoritárias, e dirigido por cúpulas hierárquicas – gerais e coronéis – formadas na AMAN nos anos 70/80 que, instrumentalizando as Forças Armadas – seus integrantes, estruturas e família militar –, se organizam e articulam para a conquista do poder e seu exercício, radicalizando, ao fazê-lo, os processos de politização das Forças Armadas/dos militares e de militarização da política/da sociedade. Esses processos constituem o substrato fenomenológico, de natureza sócio-histórica, do protagonismo político das cúpulas hierárquicas das Forças Armadas (Souza, 2023).

Na sua descrição, o partido militar reuniria elementos semelhantes a de um partido político tradicional: carregaria memória histórica e vocação institucional; base ideológica definida; pautas de interesses coletivo e corporativo específico; direção “partidária” distribuidora de poder interno; quadros “partidários”; base eleitoral e militante; e o que considero principal: com a eleição de Jair Bolsonaro, tal grupo teria assumido o controle do governo em direção, sentido e intensidade, para além de uma numerosa ocupação de cargos no Executivo Federal e a adoção de políticas corporativas de interesse das Forças Armadas (Souza, 2021). É preciso ressaltar que Souza participou de mais de uma centena de *lives*, entrevistas, programas e conferências procurando detalhar como a dinâmica da hierarquia, das turmas de formação, das Armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia etc.), dos cursos e das posições, do *habitus* e da cultura militar estavam direcionando o que para ele era a ação deste partido que agia, sobretudo, de forma coesa e integrada. Some-se a isso o fato de que ele procurou lançar uma espécie de “contraprova”, pensando a aplicação de mecanismos de coesão e coerção de membros das Forças Armadas contrários ao projeto do partido e explicitando dinâmicas que, não raras vezes, permaneceram fora das conceitualizações feitas até então. Segundo ele,

[...] registram-se diversas ocorrências de punições a militares – até na reserva – e afastamento de oficiais professores de colégios militares. No entendimento de parte da cúpula, os posicionamentos críticos de militares em relação ao governo Bolsonaro – repleto de generais – devem ser monitorados, sendo muitas vezes (mal) entendidos como ‘ofensas’ às FA. Como não houve, nos últimos anos, tal espécie de conduta em relação a militares críticos aos governos anteriores por parte da cúpula hierárquica, fica evidente que o controle, exercido agora somente num ‘sentido’, caracteriza a opção político-ideológica da direção do ‘partido militar’ (Souza, 2021:130).

Souza pontua que aquela opção político-ideológica de direcionamento do partido muito se beneficiou do cultivo de uma base eleitoral composta por um núcleo central povoado pelos milhares de integrantes das Forças Armadas, tendo sido fundamental sua arregimentação na eleição de 2018. Segundo ele, a partir daquele núcleo principal,

[...] outros núcleos vão aderindo ‘em redes’ expansivas que conformam camadas orbitais na organização daquela base. O círculo seguinte é constituído pelos familiares do militar. Como a presença é nacional, formam-se polos de ‘núcleo familiar’ em todo o território, a partir dos quais se agrega

outro ‘anel’ de eleitores simpatizantes – o ‘entorno social próximo’. Nesse aspecto, as adesões são potencializadas pelo tradicional e salutar relacionamento institucional das organizações militares com as comunidades em suas cidades-sede. Um ‘entorno social ampliado’ é alcançado pelo emprego massivo das redes sociais. Os integrantes do ‘núcleo familiar’ utilizam seus perfis para expressar opinião pessoal e disseminar a base ideológica do ‘partido militar’, agregando a última camada que conforma sua base eleitoral – a sociedade civil ‘militarizada’” (Ibidem:137).

Assim, o governo Bolsonaro foi caracterizado por Souza (2021) enquanto um governo militar em que o partido, orientado por oficiais-generais formados na AMAN durante a ditadura, fornecia direção, sentido e intensidade para a manutenção do poder político adquirido desde, pelo menos, o impeachment de Dilma Rousseff em 2016.

Como nas análises explicitadas anteriormente, Souza também converge para a ideia de que a instituição foi instrumentalizada pelo partido, havendo, contudo, uma diferenciação entre ambos e a identificação de avarias no “muro de contenção” que separaria os militares da política. Para ele, “governar, constituir bases políticas, articular-se com os parlamentos e governadores, relacionar-se com cortes superiores” deveria estar a cargo de lideranças civis e não “dos militares e muito menos das Forças Armadas do Brasil” (Souza, 2021:140).

Portanto, reconhece-se que a crescente projeção política adquirida pelos militares na história recente do país foi acompanhada por uma numerosa produção bibliográfica que analisou o fenômeno em curso, recuperando, por vezes, conceitos e definições que haviam se popularizado neste campo de estudos desde, pelo menos, a década de 1980, como a formulação sobre os partidos militares de Alain Rouquié. Entretanto, este trabalho de recuperação conceitual também não deixou de realçar as divisões e cisões internas das Forças Armadas sem que, para tanto, evidenciasse que antes de ser a consumação de um fato social em si, tal realce constituía um dos caminhos metodológicos possíveis entre muitos outros.

Conclusão

Edmundo Campos Coelho (1976) chamou atenção para a influência que a política de personalidades (ou complexo messiânico) exerceu nas crises político-militares vivenciadas pelo Brasil ao longo de sua história. Nessas situações era prática corrente “[...] repartir das Forças Armadas,

como a um bolo, pela multidão messiânica e contabilizar, nas crises, a fatia que cada personalidade presumivelmente controlava: a fatia dos sargentos, a dos coronéis, a dos ‘generais do povo’” (Coelho, 1976:160). Contemporaneamente, a fim de sinalizar uma “divisão” interna às Forças Armadas, que quase sempre está alhures de sua devida demonstração analítica (Domingos Neto, 2023:12), o processo interpretativo dedicado ao governo Bolsonaro e sua relação com os militares têm curiosamente lançado mão da identificação de agentes em série supostamente responsáveis pelo desvirtuamento da “real” intenção das Forças Armadas: “militares bolsonaristas”, “generais golpistas”, “gurus extremistas” e “presidentes incontroláveis”. Uma das consequências desse tipo de procedimento – que certamente não passou ao largo da percepção militar –, no plano mais geral e político, tem sido que ao repartir os agentes, repartem-se também as responsabilidades, na medida em que uma atuação retrospectivamente interpretada como “controversa” pode frequentemente ser manuseada a favor ou contra a atuação desse ou daquele ator/grupo “cooptador” da vontade institucional (Leirner, 2020). Em razão disso, militares têm podido quase sempre apresentar publicamente ora sua “pessoa física”, ora “jurídica” – para usar uma imagem também corrente – almejando tão e somente a maior retenção possível do capital (político, econômico, social e etc) em disputa.

Nestas circunstâncias, inviabilizada em partes a concepção instrumental da “eterna ingenuidade” – por meio da qual Exército, Marinha e Aeronáutica nada mais seriam que o instrumento da “retórica de políticos sagazes” que sabem explorar a “sensibilidade exacerbada do espírito corporativo do militar ou a sua ingênua vaidade” –, muito por conta de uma crítica já clássica sobre tal procedimental (Coelho, 1976:19), os esforços recentes foram céleres em corrigir a rota, sem, contudo, abrirem mão por completo daquela concepção: a instituição, de boa-fé, refém de seus próprios homens de farda pode finalmente ser cantada em verso e prosa.

Diante deste cenário, cabe uma consideração, por assim dizer, metodológica, acerca de uma problemática que aparenta ter dividido o campo de estudos sobre militares no Brasil e cujas linhas de tensão sinalizam, de um lado, aqueles que consideram o fenômeno militar a partir da ótica das “divisões”, “alas” e “rachas” internos; e, de outro, aqueles que enfocam a temática pelo realce aos elementos de “coesão” e “unidade interna”. Neste contexto, acreditamos ser fundamental que os empreendimentos conceituais contemporâneos explicitem que o reconhecimento das “divisões” ou do “monolitismo” evoca, antes de tudo, uma escolha

metodológica, e não a consumação de um fato social. Ainda que não seja o caso aqui de estender uma análise com outros parâmetros que os do partido – já que isto pode ser objeto de outro artigo – cabe apontar alguns limites, mas também méritos, que este conceito traz quando foi estabelecida a linha de continuidade da ação política dos militares na Ditadura e nos tempos atuais.

Para João Roberto Martins Filho (2020), por exemplo, a opção por realçar características como “heterogeneidade”, “divisão” e “fluidez” do aparato militar durante os primeiros anos do Regime Militar (1964-1969), permitiu constatar que diante de uma “ameaça” real ou imaginária, a hierarquia e os fatores de união institucional se impunham, ao fornecerem a solução de pontos de instabilidade do relacionamento da instituição com a política. Ele identificou naquele período a copresença da discórdia interna com um forte fator de unidade constituído em oposição à política “civil” - tomada como sinônimo de “demagogia populista” e de instabilidade social -, naquilo que denominou por união na desunião. De forma diversa, Jorge Zaverucha (1994; 2000) em sua análise considerou civis e militares como grupos distintos e unitários. Para aquele autor, o importante estava não em ressaltar a razoabilidade daquela premissa inicial, mas sim no que este percurso metodológico permitiria evidenciar quando confrontado com as cronologias dos governos que se sucederam no pós-1985 até o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Ambos os trabalhos, portanto, revelam a possibilidade de um ou de outro caminho de análise em que os dados finais e a avaliação que se faz das Forças Armadas não estão postos *ex-ante*.

Não deixa de ser curioso que a corrente reificação de conceitos e procedimentos metodológicos tenha fomentado uma cruzada anti-monolitismo. Alain Rouquié (1980), por exemplo, afirma que o monolitismo não seria mais do que uma “esquematização simplista”, um “lugar-comum” propiciado pelos próprios militares para induzir pesquisadores a ressaltarem aspectos como “disciplina, hierarquia, verticalidade” (Rouquié, 1980:13), argumento acompanhado por Suzeley Mathias (1995), para quem a unidade militar seria um “mito” a partir do qual as Forças Armadas “mantêm a aparência” quando confrontadas com momentos de crise (Mathias, 1995:61). Na mesma linha, em Eduardo Raposo et al (2022), encontra-se sugerido que tendências a ressaltar a unidade e coesão da instituição militar seriam “hegemônicas” nos estudos sobre militares, tendo estes estudos influenciado a própria visão que o Exército Brasileiro teria de si e do “sucesso” de seus pro-

cessos socializadores. Isto é, tudo se passa como se a “representação sociológica da corporação” tenha sido assumida pelos militares como “realidade empírica” (Raposo et al., 2022:29-30).

Em resumo, é preciso averiguar se há uma válvula de escape para o caminho que estabelece uma ligação entre análises que tentam decifrar o papel dos militares e o modo como eles próprios convertem essas análises para benefício próprio, muitas vezes deturpando-as. Parte disso, nos parece, passa por tentar escapar do dualismo fragmentação/unidade que tem dado o tom nas formulações derivadas do “partido”.

Aqui acompanhamos Celso Castro (2004) na constatação de que não nos confrontamos com “erros” de análise, mas antes com um fenômeno que comporta ambos os caminhos metodológicos na medida em que se circunscreve a uma identidade militar dotada de duas tendências opostas: “uma para a divisão e oposição de seus segmentos, outra para a fusão com outros segmentos de sua própria ordem em oposição a segmentos maiores”. No primeiro caso, estamos nos termos da “divisão”, a partir da qual a análise nada mais vê do que a “[...] divisão da instituição militar em grupos de natureza diferente (como as quebras de hierarquia e disciplina, os conflitos e ‘rachas’ históricos entre grupos de militares etc’”. Já no segundo, estão dadas as condições para que o fenômeno da segmentação de diferentes grupos de igual natureza revele seus traços diante do trabalho interpretativo. Neste caso, tratamos de um fenômeno pouco afeito aos olhos externos, isto é, civis, pelo simples fato de ser “cotidiano” ao mundo militar em oposição ao lugar de “excepcionalidade” reservado à divisão (Castro, 2004:131-132). Deste modo, a tendência à fissão ou à fusão interna encontram-se ambas no bojo do espírito militar e, conseqüentemente, revelam-se a depender da situação focalizada:

[...] para dar um exemplo, digamos que um infante [oficial da Arma de Infantaria], diante de um intendente [oficial da Arma de Intendência], deve procurar regular sua conduta segundo o espírito da Infantaria. Mas os dois seriam não mais infante e intendente, e sim membros do Exército e participantes de seu espírito, caso se juntasse ao grupo um membro da Marinha. Este, por sua vez, não seria, nessa situação, membro do Corpo da Armada ou do Corpo de Fuzileiros Navais, mas membro da Marinha. E todos os três seriam, diante de um paisano, representantes não do Exército ou da Marinha, mas sim das Forças Armadas e do ‘espírito militar’. Chegamos assim à ‘situação-zero’ das identidades militares: a oposição fundamental entre militares e paisanos. Para além disso, podemos imaginar uma

situação em que essa oposição se dissolva e ocorra uma nova mudança de nível: numa situação de combate entre ‘brasileiros’ e ‘inimigos da Pátria’ (externos ou internos) (Castro, 2004:130).

Trata-se, portanto, das clivagens solidárias das Forças Armadas, isto é, divisões internas e suas respectivas formas de demarcação de fronteiras entre Armas, turmas, unidades e etc, que não transpõem os limites impostos por uma solidariedade geral dentro da instituição militar e em oposição aos civis (Leirner, 2008:200), e que podem fornecer para os próprios militares a orientação de sua ação política (como notou Souza, 2021). Assim sendo, nos perguntamos qual é a vantagem de se atrelar esta ação política à noção de partido? Ressalte-se que ao também deixar aberta a possibilidade metodológica de uma tendência monolítica do fenômeno militar brasileiro, as análises podem lançar luz sobre zonas reconhecidas como de “competência militar” que não mais evocam “campos de conflito polarizadores da opinião e da militância militar” como possivelmente a tese do partido militar evidenciaria (Oliveira, 1993:175-176), mas que, ao contrário, dizem respeito a constituição de verdadeiras zonas de convergência entre civis e militares. Ao nosso ver, uma solução para qual conceito poderia dar conta da problemática militar, repousaria em se buscar no léxico nativo os que se adequam mais ao contexto enfocado. De maneira apenas sugestiva (e talvez algo resumida), nossa ideia é que tal conceito – ou mesmo conceitos – passaria(m) necessariamente pela chave da guerra, ou pelo menos dessa se colocando de frente às noções mais afeitas à política, como a de partido.

Por mais que possamos ver a instituição militar como uma burocracia de Estado, ela não deixa de ter determinações singulares. Não podemos esquecer que no limite seu objetivo é a eliminação de/do (algum) Estado, e, portanto, sua constituição é “destrutiva”. As categorias “internas”, portanto, passam por alguns desdobramentos de um objetivo virtual que visa o conflito. Clivagens internas e a construção de solidariedades, se não buscam este objetivo diretamente, são construídas com este “fim funcional”. Nestes termos, hierarquia e disciplina, por exemplo, podem ser tomadas como uma “continuação sociológica da guerra por outros meios” (Leirner, 1997). Tais princípios operam a divisão de trabalho; a divisão socioespacial no interior de organizações militares e entre elas; os marcos temporais e espaciais durante a carreira militar; aspectos cotidianos como moradia, lazer e em grande medida o acesso a casamentos prescritos de acordo com a hierarquia; a sociabilidade entre militares, que precede em muito a desses com os *paisanos* (Castro, 2004).

Como uma expressão dessa vida social há um embotamento em relação ao mundo que, afinal de contas, constitui nossa existência geral na grande política. Muitas vezes militares se veem como a expressão de uma existência autorrealizável, como ficou bastante claro na entrevista que o General Villas Bôas concedeu a Celso Castro (Castro, 2021). Estes parâmetros societários se desdobram na auto-leitura da história, muitas vezes vista como uma categoria da história militar, que constantemente recebe o filtro da hierarquia (por exemplo, as personagens utilizadas merecem sempre uma reconstrução de sua carreira; batalhas podem ser vistas como resultado do emprego de certas disposições da estrutura; a relação histórica com o chamado “mundo de fora” é vista de maneira “encompassante”). Tal ponto também se reflete na análise que militares fazem do presente, em que fica nítido o *imprint* de uma “visão de mundo hierárquica”, cuja percepção do “mundo de fora” segue critérios homólogos à sua organização interna, como se o mundo fosse um espelho das relações que eles próprios estabelecem. O que estas disposições e vieses produzem, em termos de tudo que militares vivem, se reflete também no modo de sua ação política. Esta linha de abordagem que entrelaça a ação militar como uma modalidade de guerra, que deixamos como sugestão reflexiva, pode se agregar à noção de partido e enriquecer o escopo das análises sobre militares¹⁹.

Há muitos caminhos possíveis, e aqui poderíamos pensar numa readequação do campo analítico sem perder sua diversidade interna, o que nos parece particularmente interessante para se analisar o momento atual, sem deixar de lado tudo que já foi e está sendo elaborado.

(Recebido para publicação em 14 de dezembro de 2024)

(Aprovado para publicação 16 de janeiro de 2024)

Notas

1. “Costa e Silva relembra a Revolução”, *Jornal do Brasil*, 1 de abril de 1969.
2. Maria Celina D’Araújo *et al* (1994:175).
3. Não só brasileiro, cabe pontuar. Houve muita discussão sobre o papel de militares em muitos lugares, de democracias mais consolidadas, como os EUA pós-2ª Guerra Mundial (por exemplo, Mills, 1956; Huntington, 1996 [1957]; Janowitz, 1967 [1960]) até a América Latina (ver os vários casos em D’Araújo, Castro, 2000). Nos restringiremos neste artigo ao caso brasileiro.
4. Cabe notar que recentemente também surgiram estudos que retomam e discutem criticamente o papel dos militares na Ditadura sem necessariamente se basear nas noções de partido, como, por exemplo, Chirio (2012), sobre a dinâmica da carreira militar na Ditadura; Lentz (2022), em

relação à Doutrina de Segurança Nacional; Amorin Neto e Acácio (2024), sobre interferência política e mandatos presidenciais no regime militar; D'Araújo e Joffily (2024), sobre os Atos Institucionais; Arturi (2024), sobre a abertura do regime de 1964. Uma visão interessante que retoma elementos do Regime Militar a partir de estratégias de dissimulação dos militares está em Pedretti (2024).

5. Ressalta-se que a proposta em si não era de toda original, antes de Rouquié, foi o brasilianista Alfred Stepan (1975 [1971]) quem propôs que as Forças Armadas fossem enfocadas como uma instituição política, que não somente sofre as mesmas pressões que os partidos políticos, os grupos de pressão, ou os parlamentos, mas que também opera a partir de atividades como a de articulação entre grupos distintos, formulação e implementação de políticas próprias e etc., vistas como pertencentes ao sistema político mais amplo (Stepan, 1975:43-44).
6. Em conversa com Manuel Domingos Neto, ele conta que a ideia de partido surgiu para analisar a ditadura, mas que vinha de análise sobre formações anteriores na Instituição Militar: “nós ficamos ligados nas correntes internas no Exército. Uma ala entreguista mais notória; a ala mais nacionalista de direita; uma pequena, de esquerda; e elas se engalfinhavam. Esse termo [partido] foi sugerido sobretudo por causa daquela contenda do Hugo Abreu, a disputa pela Presidência [de 1969]. A gente já tinha essa noção das clivagens, que vinha de um período anterior, pelo ‘exemplo turco’. Veio dos ‘jovens turcos’, tanto que no meu capítulo eu explorei as clivagens entre francófilos e germanófilos. A ideia de clivagem do Rouquié foi sugerida a partir da minha pesquisa sobre a transformação dos anos 1920 (...). Os partidos militares adentram os anos 1920 e vão explodir nos anos 1960” (comunicação pessoal, 14 de novembro de 2024).
7. Apesar disso, as elaborações de Peixoto foram praticamente esquecidas nas referências correntes sobre o partido militar. É o caso, por exemplo, de Renato Lemos (2013) e de Penido Oliveira e Mathias (2021). A exceção talvez seja Edmundo Campos Coelho (1985), que propõe uma importante crítica ao trabalho de Peixoto, com especial atenção ao fato deste autor tomar elementos como “coesão interna”, “monolitismo”, “abertura” ou “isolamento” enquanto atributos a serem exorcizados das interpretações sobre a instituição militar, e não enquanto possíveis variáveis de análise, o que apresentaria forte consequência para sua concepção sobre o fenômeno do partido militar (Coelho, 1985:9).
8. Sobre esta temática e suas explicações para a relação entre Estado e a “máquina de guerra”, ver Leirner (2023:158-161).
9. Cabe mencionar que Eliézer Oliveira, foi de início aluno, de Oliveiros Ferreira; e que vê, a partir da análise deste, mais a existência de partidos fardados, no plural, do que a do partido, no singular (Oliveira, 2015:148). Esta parece ser também a visão (bastante inovadora, aliás) que João Roberto Martins Filho viu em diferentes (para ser mais preciso, quatro) linhas de força na ditadura (Martins Filho, 2020); voltaremos a este ponto.
10. As considerações teóricas que Oliveiros faz para chegar a essa noção de crise ou lapso de hegemonia estão particularmente trabalhadas em seu livro “Os 45 Cavaleiros Húngaros” (Ferreira, 1986).
11. Ver também a participação de Oliveiros Ferreira em publicações da direita pré e durante a ditadura em Camila Rocha (2021).
12. É interessante notar que no seminário realizado pela USP em homenagem a Oliveiros (publicado por Carlos Enrique Ruiz Ferreira em 2015) não se menciona sua ligação com os militares, mesmo nos capítulos que discutem o partido fardado. Oliveiros certamente era um heterodoxo,

carregando consigo Marx, Weber, Durkheim e certamente Gramsci (Araújo, 2015); no entanto, paralelo ao seu legado intelectual, ainda não há (ou não encontramos) uma discussão mais detalhada de como isso se encaixava na sua ação política, que, como veremos, ocorria não somente nas redações do Estadão, mas também nas salas de aula – e nos corredores – de instituições militares.

13. É possível dizer que um dos principais problemas teóricos de Oliveiros era justamente saber qual o tipo de dialética se estabeleceu na América Latina entre o Estado e a Sociedade Civil, entre o Estado e o espaço, desde a colonização. Neste contexto de preocupações, nota-se tanto a presença de Oliveira Viana por meio do realce dado a fenômenos como o localismo, a importância do espaço, da comunicabilidade das ideias e valores entre as classes e etc., quanto um weberianismo levado ao extremo, capaz de considerar o Estado como um ator independente da sociedade e a burocracia como um sujeito autônomo em relação ao processo social (cf. Brandão, 2007:110-128).
14. É notável como os próprios militares fazem uso dessa noção de “arquipélago” em seu entendimento sobre o Brasil. Em *Forças Armadas Para Quê?*, Oliveiros cita o discurso do General Lyra Tavares a um regimento de obuses em, 1967: “O Exército, já o assinalamos, foi, desde o início da nacionalidade, a grande armadura que sustentou a unidade da Pátria, preservando-a das ameaças de fragmentação, assegurando a coesão daquela espécie de províncias que tendiam a isolar-se em compartimentos autônomos, dentro das suas peculiaridades, sob a ação de forças desagregadoras, muitas vezes alimentadas pelo inimigo externo. O quartel representou, na formação do Brasil, a presença do poder central sobre toda a periferia e o interior do imenso território. Era a grande força que defendia e aglutinava, criando e preservando o espírito nacional” (cit. por Ferreira, 2000:35).
15. Para uma perspectiva que toma a Proclamação da República como um “golpe” que expõe o surgimento dos militares como protagonistas no cenário político brasileiro, ver Celso Castro (2000).
16. Para Oliveiros Ferreira, tal crise seria o momento em que “[...] após sucessivas crises de poder, o Governo não encontra segmentos sociais dispostos a sustentá-lo custe o que custar, em que a classe política se retrai e em que os quadros administrativos deixam de exercer sua função de correia de transmissão entre os governantes e os governados” (FERREIRA, 2000, p. 43).
17. Inserimos este “também” na frase por conta da ação do Judiciário em retirar Lula das eleições de 2018. Como hoje o próprio Supremo Tribunal Federal reconhece, os processos que levaram a esta ação foram ilegais.
18. Cf.: <<https://www.estadao.com.br/politica/exercito-enquadra-tuites-politicos-de-militares-da-ativa/>>
19. Desse modo, é possível se pensar em Bolsonaro como um projeto destrutivo produzido por militares (cf. Leirner 2020), que, nos parece, não conseguiram preencher seu “legado negativo” com nada além de sua própria negatividade.

Referências

- AMORIN NETO, Octavio; ACÁCIO, Igor. (2024), “Limitações aos Mandatos Presidenciais sob o Regime Militar: uma Solução para as Divisões Políticas no Seio das Forças Armadas”, in: D’araujo, Maria Celina; Rezende, Lucas Pereira (orgs.), *Forças Armadas e Política no Brasil Republicano: da Proclamação da República à Constituição Cidadã (1889-1988)*. Rio de Janeiro, FGV Editora.
- ARANTES, Paulo Eduardo. (2021), *O Mundo como Alvo: uma Genealogia da Militarização Contemporânea*. São Paulo, Sentimento da Dialética.
- ARAÚJO, Cícero. (2015), “Oliveiros S. Ferreira e Os 45 Cavaleiros Húngaros”, in: Ruiz Ferreira, Carlos Enrique (org.), *Professor Oliveiros Ferreira*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- ARTURI, Carlos Schmidt. (2024), “Os Militares e a Abertura Política no Brasil (1974-1985)” in: D’araujo, Maria Celina; Rezende, Lucas Pereira (orgs.), *Forças Armadas e Política no Brasil Republicano: da Proclamação da República à Constituição Cidadã (1889-1988)* Rio de Janeiro, FGV Editora.
- BARROS, Alexandre. (1978), *The Brazilian Military: Professional Socialization, Political Performance and State Building*. Chicago.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. (2007), *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo, Adalberto & Rothschild Ed.
- BOLOGNESI, Bruno; SILVA, Glauco Peres da (org.). (2020), *Ciências Sociais Hoje: Ciência Política*. 1. ed. São Paulo, Zeppelini Publishers.
- CARVALHO, José Murilo de. (2006), *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CASTRO, Celso. (2000), *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CASTRO, Celso. (2004), *O Espírito Militar: Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CASTRO, Celso (Org.). (2021), *General Villas Bôas: Conversa com o Comandante*. Rio de Janeiro, FGV.
- CASTRO, Celso; Marques, Adriana. (2016), *Pesquisando os Militares Brasileiros: Experiências de Cientistas Sociais*. Curitiba, Editora Prismas.
- CHIRIO, Maud. (2012), *A Política nos Quartéis: Revoltas e Protestos de Oficiais na Ditadura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar.
- COELHO, Edmundo Campos. (1976), *Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro, Record.
- COELHO, Edmundo Campos. (1985), “A Instituição Militar no Brasil: um Ensaio Bibliográfico”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 19. Disponível em: <<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/57>>
- D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. (1994), *Visões do Golpe: a Memória Militar sobre 1964*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). (2000), *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro, FGV.

- D'ARAÚJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. (2024), "Revoltas Militares e Instabilidade da Terceira República (1946-1964)" in: D'araujo, Maria Celina; Rezende, Lucas Pereira (orgs.), *Forças Armadas e Política no Brasil Republicano: da Proclamação da República à Constituição Cidadã* (1889-1988). Rio de Janeiro, FGV Editora.
- DEBRUN, Michel M. (1987), "Os Dois Níveis da Ideologia Militar", in Oliveira, Eliézer Rizzo (org.), *Militares: Pensamento e Ação Política*. Campinas-SP, Papirus.
- DOMINGOS NETO, Manuel. (2023), *O que Fazer com o Militar: Anotações para uma Nova Defesa Nacional*. Parnaíba, Gabinete de Leitura.
- DREIFUSS, René Armand. (1987), *1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, Vozes.
- FERREIRA, Oliveiros. (1986), *Os 45 Cavaleiros Húngaros: uma Leitura dos Cadernos de Gramsci*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília; São Paulo, Hucitec.
- FERREIRA, Oliveiros. (2004), *Forças Armadas para quê?* Rio de Janeiro, GRD.
- FERREIRA, Oliveiros. (2000), *Vida e Morte do Partido Fardado*. São Paulo, Editora Senac.
- FERREIRA, Oliveiros. (2007), *Elos Partidos: uma Nova Visão do Poder Militar no Brasil*. São Paulo, HABRA.
- HUNTINGTON, Samuel. (1996), *O Soldado e o Estado: Teoria Política das Relações entre Civis e Militares*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército.
- JANOWITZ, Morris. (1967), *O Soldado Profissional*. Rio de Janeiro, GRD.
- KRITSCH, Raquel. (2015), "De Gramsci à Teoria das Posses Essenciais: Oliveiros S. Ferreira e a Questão da Hegemonia em Os 45 Cavaleiros Húngaros", in: Ruiz Ferreira, Carlos Enrique (org.), *Professor Oliveiros Ferreira*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- LEIRNER, Piero. (1997), *Meia-Volta, Volver: um Estudo Antropológico sobre a Hierarquia Militar*. Rio de Janeiro, FGV.
- LEIRNER, Piero (2008). "Sobre 'Nomes de Guerra': Classificação e Terminologia Militares". *Etnográfica*, Lisboa, v. 12, n. 1, pp. 195-214. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/etnografica/1660>>.
- LEIRNER, Piero. (2020), *O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida. Militares, Operações Psicológicas e Política em uma Perspectiva Etnográfica*. São Paulo, Alameda.
- LEIRNER, Piero. (2023). "Ensaio sobre 2013 e uma Guerra Híbrida Fora de Lugar". *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 15, n. 1. Disponível em: <<https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/447>>.
- LEMONS DE SOUZA, Guilherme; Leirner, Piero. (2024), "Entre 'Patriotas': dos Acampamentos ao 8/1". *Revista Brasileira De Estudos De Defesa*, 11(2), pp.187–222. <https://doi.org/10.26792/rbed.v11i2.75396>
- LEMONS, Renato. (2013), "Militares e Política: uma Discussão de Paradigmas", in: Chagas, Fabíola Maria da Silva; Loureiro, Marcello José Gomes; Paula, Luiz Carlos Carneiro de; Restier Junior, Renato Jorge Paranhos (orgs.), *A Guerra e a Formação dos Estados Nacionais Contemporâneos*. Rio de Janeiro, Multifoco.

- LENTZ, Rodrigo. (2022), *República de Segurança Nacional: Militares e Política no Brasil*. São Paulo, Expressão Popular.
- MARTINS FILHO, João Roberto. (2019), “Ordem Desunida: Militares e Política no Governo Bolsonaro”. *PERSEU: História, Memória e Política*, v. 13, pp. 167-193. Disponível em: <<https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/320>>
- MARTINS FILHO, João Roberto. (2020), *O Palácio e a Caserna: a Dinâmica Militar das Crises Políticas na Ditadura (1964-1969)*. São Paulo, Alameda.
- MARTINS FILHO, João Roberto. (2021), “Maquiavel, Bolsonaro e os Soldados”, in: Martins Filho, João Roberto (org.), *Os Militares e a Crise brasileira*. São Paulo, Alameda.
- MARTINS FILHO, João Roberto; PAVARIN, Guilherme. (2019), “Entrevista: ‘Os Militares Estão num Governo de Opereta. Eles se Submeteram a Constantes Vexames’, Diz Pesquisador”. 23 de junho de 2019, *Intercept Brasil*. <<https://www.intercept.com.br/2019/06/23/entrevista-joao-roberto-martins-militares-bolsonaro/>>
- MARTINS FILHO, João Roberto; FRANCO, Luiza. (2020), “Militares se Desgastaram Muito no 1º Ano do Governo Bolsonaro, Diz Cientista Político João Roberto Martins Filho”. 11 de janeiro de 2020, *BBC News Brasil*. <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-50989313>>
- MATHIAS, Suzeley Kalil. (1999), *Forças Armadas e Administração Pública: a Participação Militar nas Comunicações e na Educação (1963-1990)*. Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ifch/forcas-armadas-administracao-publica-participacao-militar-comunicacoes-educacao-1963-1990>>
- MICELI, Sergio. (1999a), *O Que Ler na Ciência Social Brasileira – Antropologia*. São Paulo, Editora Sumaré/ANPOCS/CAPEs, v. 1.
- MICELI, Sergio. (1999b), *O Que Ler na Ciência Social Brasileira – Sociologia*. São Paulo, Editora Sumaré/ANPOCS/CAPEs, v. 2.
- MICELI, Sergio. (1999c), *O Que Ler na Ciência Social Brasileira – Ciência Política*. São Paulo, Editora Sumaré/ANPOCS/CAPEs, v. 3.
- MICELI, Sergio. (2002), *O Que Ler na Ciência Social Brasileira 1970-2002*. São Paulo, Editora Sumaré/ANPOCS/CAPEs, v. 4.
- MILLS, Charles Wright. (1981), *A Elite do Poder*. Rio de Janeiro, Zahar.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. (1976), *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/47971?guid=1648900694828>>
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. (1993), *De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia*. Tese de Livre Docência em Instituições Políticas Brasileiras, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNI-CAMP-30_00835640be7fcd8e22325b458fb8b5ad>
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. (2015), “Partido ou Partidos Fardados?”, in: Ruiz Ferreira, Carlos Enrique (org.), *Professor Oliveiros Ferreira*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

- PEDRETTI, Lucas. (2024), Entre “Oubli” et “Célébration des Exploits”: les Représentations Militaires des Droits Humains à l’Heure de l’Ouverture Politique. Brésil(s). n. 25. Disponível em <<https://doi.org/10.4000/11qxs>>
- PEIXOTO, Antonio Carlos. (1980a), “O Clube Militar e os Confrontos no Seio das Forças Armadas (1945-1964)”, in Rouquié, Alain. *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Record.
- PEIXOTO, Antonio Carlos. (1980b) “Exército e Política no Brasil. Uma Crítica dos Modelos de Interpretação”, in: Rouquié, Alain (org.), *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Record.
- PENIDO OLIVEIRA, Ana Amélia et al (2020). “Forças Armadas no Governo Bolsonaro”. *Tricontinental*. Disponível em: <<https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/as-forcas-armadas-no-governo-bolsonaro/>>
- PENIDO OLIVEIRA, Ana Amélia; LENTZ, Rodrigo. (2020), “O Partido Militar e as FFAA no Governo Bolsonaro – Parte III”. *Tricontinental*. Disponível em: <<https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/o-partido-militar-e-as-ffaa-no-governo-bolsonaro-parte-iii/>>
- PENIDO OLIVEIRA, Ana Amélia; MATHIAS, Suzeley. (2021), “Ação Política do Partido Militar no Brasil sob Bolsonaro”. *Anuario Latinoamericano: Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales*, v. 11, pp. 63-82. Disponível em: <<https://journals.umcs.pl/al/article/view/13030>>
- PENIDO OLIVEIRA, Ana; COSTA, Frederico; JANOT, Mariana. (2021), “Forças Armadas no Brasil: Profissão e Intervenção Política”. *BIB – Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, n. 96. Disponível em: <<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/144>>
- RAPOSO, Eduardo et al. (2022), *O Que Pensam os Oficiais Militares do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio; São Paulo, Hucitec Editora.
- RICUPERO, Bernardo. (2015), “A América Latina e o Grande Número”, in: Ruiz Ferreira, Carlos Enrique (org.), *Professor Oliveiros Ferreira*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- ROCHA, Camila. (2021), *Menos Marx, Mais Mises*. São Paulo, Todavia.
- ROUQUIÉ, Alain. (1980), *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Record.
- ROUQUIÉ, Alain. (1984), *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo, Alfa-Omega.
- SANTOS, Tamiris Pereira dos; DUARTE, Érico Esteves. (2021), Instituições Militares também Aprendem? Uma Revisão Bibliográfica sobre Abordagens Organizacionais na Gestão de Defesa. *BIB – Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, n. 96. Disponível em: <<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/148>>
- SOUZA, Marcelo Pimentel Jorge de. (2021), “A Palavra Convence e o Exemplo Arrasta”, in: Martins Filho, João Roberto (org.). *Os Militares e a Crise Brasileira*. São Paulo, Alameda.
- SOUZA, Marcelo Pimentel Jorge de. (2023), “Fontes, Falas e Alas”. *Jornalistas Livres*. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/fontes-falas-e-alas/>>
- STEPAN, Alfred. (1975), *Os Militares na Política: as Mudanças de Padrões na Vida Brasileira*. Rio de Janeiro, Artenova.
- VICTOR, Fábio. (2022), *O Poder Camuflado: Os Militares e a Política, do Fim da Ditadura à Aliança com Bolsonaro*. São Paulo, Companhia das Letras.

ZAVERUCHA, Jorge. (1994), *Rumor de Sabres: Tutela Militar ou Controle Civil?* São Paulo, Editora Ática.

ZAVERUCHA, Jorge. (2000), *Frágil Democracia: Collor, Itamar, FHC e os Militares (1990-1998)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

ZAVERUCHA, Jorge; TEIXEIRA, Helder. (2003), “A Literatura sobre Relações Cívico-Militares no Brasil (1964-2002): uma Síntese”. *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 55, pp. 59-72. Disponível em: <<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/259>>